

HISTORIC CENTER OF  
CENTRO HISTÓRICO DE  
**SALVADOR**

B A H I A

B R A S I L



P A T R I M Ô N I O M U N D I A L



**HORIZONTE**  
GEOGRÁFICO



# Índice / Index

**Apresentação** ..... 8  
*Presentation*



**Salvador, a primeira capital** ..... 14  
*Salvador, the first capital of Brazil*



**Arquitetura residencial e oficial** ..... 46  
*The Historic Center and its buildings*



**Arquitetura religiosa** ..... 64  
*Religious Architecture*

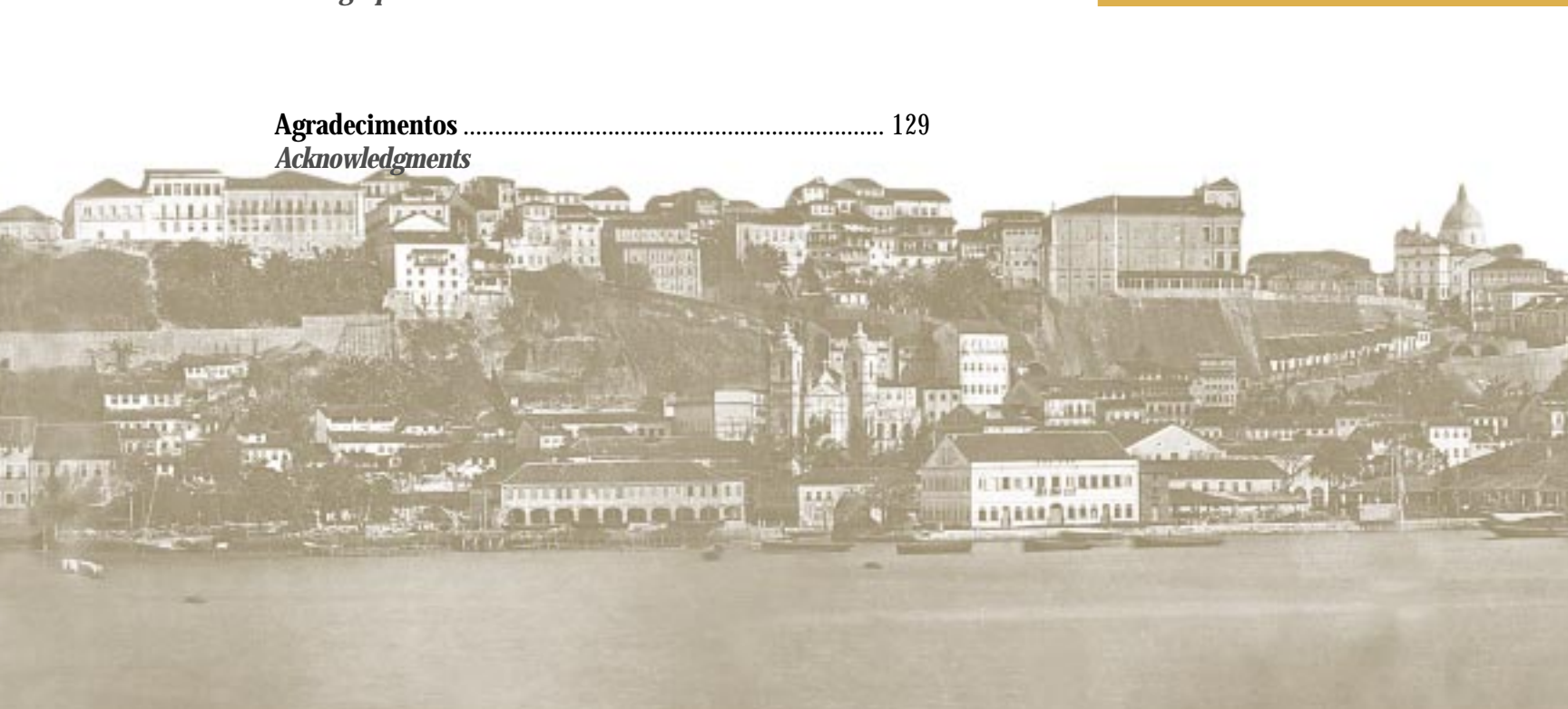


**Programa de Recuperação** ..... 96  
*Recuperation Program*



**Referências Bibliográficas** ..... 128  
*Bibliographic references*

**Agradecimentos** ..... 129  
*Acknowledgments*





# Arquitetura residencial e oficial

*Luiz Antonio Fernandes Cardoso*

**N**o início dos anos 90 o governo do Estado promoveu grandes obras de recuperação nas áreas mais degradadas do Centro Histórico. Se por um lado os trabalhos conseguem deter a degradação física dos imóveis, por outro alteram substancialmente o uso do solo, praticamente substituindo a função residencial da maioria das edificações pelo estabelecimento de serviços destinados ao turismo e ao lazer, transformando o centro, ao menos a área do Pelourinho e seus arredores, em uma grande área comercial.

Ao contrário dessa aparente homogeneidade determinada pelo uso turístico e cultural da área, a multiplicidade de atividades urbanas historicamente presentes na zona abrangida pela poligonal resultante da delimitação do tombamento possibilita a observação de uma ampla diversidade tipológica dos exemplares arquitetônicos ainda existentes no contexto da área protegida, tanto em relação aos seus aspectos técnico-construtivos e estilísticos, quanto aos funcionais. Nesse caso as edificações podem ser enquadradas em pelo menos três categorias: arquitetura oficial, arquitetura residencial e arquitetura religiosa .

Em termos gerais – independentemente do tipo ou função – todas as edificações existentes no Centro Histórico passaram ao longo dos séculos por frequentes processos de reforma. Segundo documentos antigos, nos primeiros tempos praticamente toda a cidade era composta de precárias construções de taipa cobertas de palha. As primeiras notícias de construções mais sólidas datam de 1551, quando em uma carta ao rei de Portugal, Luís Dias - o mestre construtor

Descendo o Largo do Pelourinho, em direção ao Passo e Carmo, pode ser observada a intensa presença de sobrados de diversos períodos. *Going down Largo do Pelourinho towards Passo and Carmo there is a strong presence of two-story houses of many periods.*



Sobrados da Rua Inácio Accioly, hoje ocupados por butiques e serviços destinados ao turismo. *Two-story houses on Inácio Accioly Street, occupied nowadays with dress shops and tourism offices.*

responsável pela edificação da cidade de Salvador - informava ter construído a Casa de Câmara e Cadeia sob forma de um sobrado de pedra e barro, rebocado com cal e recoberto com telhas. Contudo, a cidade só é generalizadamente reconstruída com técnicas e materiais mais resistentes a partir da expulsão definitiva dos invasores estrangeiros e da restauração da Coroa Portuguesa, na segunda metade do século XVII.

Essas transformações - inicialmente decorrentes de uma conjuntura econômica e política mais estável - possivelmente também seriam influenciadas pela ação da Câmara de Salvador, considerando que data de 1626 a proibição da construção de casas sem a sua aprovação. Desde então buscava-se fazer com que as edificações fossem construídas de modo mais estável e regular sem atrapalhar a circulação nem por em risco a passagem dos pedestres. Isso, no início do século XVIII, incluía a proibição da colocação de vasos de plantas nas janelas e sacadas, assim como o impedimento do uso de portas e janelas cujas folhas abrissem para a rua, podendo atingir os transeuntes.

Em 1759, a Câmara tenta proibir a colocação das rótulas e muxarabis nas edificações de Salvador. De influência mourisca, esses elementos eram feitos de treliça de madeira e, colocados nos vãos das janelas, possibilitavam a entrada de ar e luz nas edificações, ao mesmo tempo que permitiam observar o exterior sem expor a privacidade dos ambientes internos. Entretanto, a proibição só seria definitivamente respeitada a partir de 1809, após a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil. A medida certamente interferiu de modo marcante na caracterização das fachadas, considerando que eram justamente esses tipos de elementos que - aliados a outros detalhes construtivos<sup>1</sup> - davam identidade, em termos gerais, à singela arquitetura residencial urbana brasileira durante todo o período colonial.